



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero.

MULHERES, POLÍTICAS PÚBLICAS E CAPITALISMO: QUAL O LUGAR DO GÊNERO NESTE CONTEXTO DE CRISE DA FORMA VALOR?

Rosária de Fatima de Sá Pereira da Silva¹

Resumo: Este trabalho pretende elucidar nosso interesse de pesquisa na atual conjuntura de implementação das políticas públicas de gênero, no âmbito do Estado Brasileiro e suas irradiações políticas, econômicas, sociais e culturais na vida das mulheres. Compreendemos que este cenário político é caracterizado pela regressão dos direitos sociais, em função do desfinanciamento das políticas públicas, da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional de restrição dos gastos públicos, que legitima um novo ordenamento fiscal no País, a partir da Emen da Constitucional 95/2016. Este cenário se constitui num amplo e desfavorável momento para as mulheres, consubstanciado pelo processo de *impeachment* sofrido pela Presidenta eleita Dilma Rousseff, em que se atualiza o patriarcado em sua face mais opressora: a misoginia.

Palavras-chave: Gênero. Políticas Públicas. Patriarcado. Capitalismo.

Abstract: This work intends to elucidate our research interest in the current conjuncture of implementation of public policies of gender, within the Brazilian state and its political, economic, social and cultural irradiations in women's lives. We understand that this political scenario is characterized by the regression of social rights, due to the defunding of public policies, the approval of the proposal for a constitutional amendment restricting public spending, which legitimizes a new In the country, from the constitutional amendment 95/2016. This scenario constitutes a broad and unfavorable moment for women, embodied in the impeachment process suffered by the President-elect Dilma Rousseff, in which the patriarchy is updated in her most oppressive face: Misogyny.

Keywords: Gender. Public Policies. Patriarchy. Capitalism

I - INTRODUÇÃO:

O interesse nesta temática se fundamenta pela aproximação direta com o campo de pesquisa, a partir das referências apreendidas na realidade social, em que evidenciamos processos de desmonte deflagrados nas políticas públicas de gênero, principalmente, desde o ano de 2008. Pretendemos analisar o processo de recessão das políticas públicas de gênero, analisando-as à luz da crítica à economia política e dos processos que constituem os descompassos das políticas públicas de gênero no Brasil, tendo como referência os ciclos de crise do Capital e seus influxos econômicos e políticos. Desejamos ainda compreender a inserção do Serviço Social nas políticas públicas de gênero em meio ao cenário elucidado, bem como as alternativas profissionais referenciadas pelo projeto profissional. Constituímos nossa análise acerca da categoria gênero a partir da contribuição de algumas autoras (SAFFIOTI, 2004; ALMEIDA, 2007; POUGY, 2012; BEZERRA e

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: as.rosaria@gmail.com.

VELOSO, 2015), dentre outras referências analíticas, que apreendem o sujeito na sua constituição em gênero, raça/etnia e classe. Dimensões que não podem ser analisadas desassociadamente, uma vez que exprimem os antagonismos que as originam.

As políticas públicas de gênero, assim como as de promoção à igualdade racial, têm sofrido ataques insidiosos, que reverberam ao longo de muitos anos no Brasil. Carneiro, ao analisar os direitos humanos e o combate à discriminação e à violência, aborda uma evolução histórica das políticas públicas de igualdade racial desde o final do governo Fernando Henrique, até o governo Lula. Apontando os avanços e retrocessos deste último. A autora evidencia a importância política do governo Fernando Henrique, que possibilitou o reconhecimento de que havia um problema racial no Brasil e que era necessário enfrentá-lo, tal como declarou em seu discurso de posse. Nesta direção, seu governo impulsionou a participação do Brasil na Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e formas correlatas de intolerância, que ocorreu em Durban, na África do Sul, em 2001 (CARNEIRO, 2011; p. 19). É importante elencarmos esse debate, pois a questão racial, assim como as relações de gênero são reconhecidas como epifenômenos. Dessa forma, fundamentamos o imperativo de racializar as relações de gênero e classe. Pois compreendemos que a reflexão sobre as políticas públicas de gênero são indissociáveis às políticas de promoção à igualdade racial, uma vez que destacadamente as mulheres negras constituem o alvo preferencial da violência de gênero e da desassistencialização dos direitos sociais. A questão racial potencializa a violência e tem rebatimentos nas formas de resistência das mulheres negras. Neste contexto, é fundamental a compreensão de que essas relações de exploração, opressão e dominação, nas quais as mulheres estão historicamente submetidas não estão circunscritas apenas ao espaço da convivência privada e das relações de intimidade. Contudo, são forjadas no âmbito das relações sociais, numa perspectiva relacional. Com isso, iniciamos a análise a partir de Segato, que em suas formulações fundamenta que a história da esfera pública se relaciona com a história do próprio patriarcado e suas mutações estruturais, com a égide da sociedade moderna. A autora ratifica que a história da esfera pública não é outra coisa senão a história do gênero e complementa que o sujeito natural da esfera pública, herdeiro do espaço político é o homem (SEGATO, 2014b; p. 94). Scholz, ao formular estudos sobre os processos de subordinação da mulher, ratificou que a constituição da forma valor concebeu o produto da repartição entre os sexos, em que “o feminino adjudicado torna-se a condição de possibilidade do princípio masculino do trabalho abstrato” (SCHOLZ, 1996; p. 18). A autora complementa que essa relação hierarquizada entre os sexos atribui ao feminino a condição de sensível e, por este motivo, no cerne das relações é posto de lado e avaliado como inferior. Assim, salienta

Scholz, justifica-se a lógica de caracterização do patriarcado, em que “o valor é o homem” (SCHOLZ 1996, p. 18).

Para Segato os gêneros ocupam espaços diferentes na vida social, no entanto, a partir dos postulados da racionalidade burguesa, por meio do advento da modernidade, verifica-se uma conjuntura que conclama um esforço por representar a posição das mulheres de forma minorizada, tanto em sua efetiva posição política, quanto no pensamento social. A autora explicita que o termo “minorizar” significa tratar a mulher como menor e, ainda, converter os temas que lhe são atribuídos ao foro da intimidade, ao âmbito das particularidades (SEGATO, 2014b; p. 91). Segato compreende que a expansão da colonialidade moderna acarretou de maneira ampla e massiva um impacto nas relações sociais e, principalmente na organização das relações de gênero, ao passo que, a história do patriarcado condensa fundamentos indispensáveis para apreendermos o que a autora chama de “giro social”, que é evidenciado pelo percurso histórico que significou todo processo de intervenção, reordenamento e agravamento das hierarquias preexistentes.

Construiremos nossa trajetória analítica a partir da história da formação das esferas pública e privada e do lugar político destinado ao gênero neste percurso. Sabemos, a partir das formulações de (SCHOLZ, 1996; SCOTT, 2002; SEGATO, 2014a; 2014b) que o homem branco é a figura central na sociabilidade burguesa, forjada em sua racionalidade instrumental, que detém a posição de indivíduo abstrato, a partir dos enunciados gerais de valor, capaz de representar a todos os seres de forma universal. A captura da masculinidade como prerrogativa para o estabelecimento da relação dual entre os gêneros concede ao homem na polarização entre os gêneros, o papel de vencedor, o herdeiro da esfera pública, Em contrapartida, a mulher, destituída de sua plenitude ontológica, recepciona os atributos que a reduzem ao cumprimento de uma “função antípoda” (SCHOLZ, 1996; p. 20). Consideramos relevante o debate das relações de gênero e das formas de organização da vida social que fundamentam a dicotomia das esferas pública e privada, conforme consolidadas na sociabilidade burguesa. Não obstante, é imprescindível apreender que o capitalismo atualizou o reordenamento dessas relações de gênero, aprofundando as relações de opressão, a hierarquia entre os sexos e a cisão entre as esferas pública e privada. Esse processo de aprofundamento das desigualdades entre homens e mulheres, corporificado na cisão entre as esferas públicas e privadas, na dicotomia e hierarquização entre as relações de produção e reprodução, no qual o capitalismo aprofunda, reatualiza e realimenta suas credenciais de dominação, exploração e opressão das mulheres, materializados por um sistema de poder constituído pela racionalidade instrumental que tem a família e a propriedade privada como institutos fundamentais. Federici analisa que as mudanças no reordenamento político-econômico mundial, provocados pela reestruturação

da economia e com os advento da globalização, ofereceram impactos insidiosos na vida das mulheres. Segundo a autora, esses impactos não só proporcionaram a “feminização da pobreza” como contribuíram para o surgimento de uma nova ordem colonial (FEDERICI, 2019; p. 137). Nesta análise, estes processos que mantém cristalizados a hegemonia mundial das relações capitalistas, conduzem demasiadamente ao aprofundamento da hierarquia de gênero e de suas relações de violência.

II – POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO: ANÁLISE DE SEUS INFLUXOS EM MEIO A CRISE DO CAPITAL

A Crise no Estado de Bem-estar Social teve sua insurgência demarcada com o processo de estagnação do Capital, após uma vasta onda de crescimento econômico instaurado no período pós-guerra. Esse período de recessão que se corporifica no início dos 1970, nos países de capitalismo central, avança pelas décadas seguintes e consubstancia num forte processo de esgotamento da acumulação Capitalista, trazendo impactos macroeconômicos nos âmbitos da produção e da reprodução social e um pacote de ajustes fiscais como medidas para estancamento da crise. A entrada dos países latino americanos nas políticas de ajuste é muito variável, com o exemplo o Chile, que iniciou o período de reformas, já na década de 1970, em virtude de seu processo de ruptura autocrática. Nessa medida, muitos países iniciam as reformas e ajustes já década de 1980 e, sobretudo em 1990, como é o caso Brasil, que ingressou tardiamente (SOARES, 2002, p.23). Na ordem mundial este processo de reestruturação da economia mundial ensejado por um movimento de globalização que provocou uma grande crise, conforme analisa (FEDERICI, 2019) essa crise se manifesta por meio de uma Nova Divisão Internacional do Trabalho que se aproveita da mão de obra feminina das populações da África, Ásia e América Latina, com vistas a assegurar a reprodução da força de trabalho nas “metrópoles”. As mulheres, neste contexto, produzem trabalhadores para as economias locais e as dos países industrializados, além de mercadorias baratas destinadas a exportação. O processo de liberalização econômica, tal qual analisa Federici, produziu e ainda continua produzindo um alto índice de empobrecimento de mulheres e um vasto movimento migratório que revela como a divisão internacional do trabalho foi reestruturada (FEDERICI, 2019; p. 149).

Sendo assim, a autora argumenta que:

“a reestruturação mundial do trabalho reprodutivo perturba o andamento das políticas feministas, pois cria entre as mulheres novas divisões, prejudicando a solidariedade feminista internacional e ameaçando reduzir o feminismo a um simples instrumento de

racionalização da nova ordem econômica mundial” (FEDERICI, 2019; p. 140).

Ao longo dos anos de 1990, o Brasil, adentrou um período demarcado por uma nova ofensiva burguesa, resultando num ciclo de adequações às novas exigências do capitalismo mundial. Situando este período como um processo histórico de características muito diferentes do pós 1964, configurando-se como uma contrarreforma, na perspectiva de recomposição da hegemonia burguesa no país. Essa trajetória política, econômica e social possibilita a compreensão acerca do terreno de garantia de direitos, no contexto de desigualdades de gênero, que são adensadas pelo crescimento das forças produtivas engendradas no interior da sociedade burguesa. Queremos com isso situar que a política social obedece às requisições de classe, que historicamente estabelecem entre si e o Estado uma dinâmica de reprodução do sistema do capital.

A quebra do sistema financeiro capitalista em 2008 representou mais um desdobramento da longa crise estrutural do capitalismo oligopólico, corporificado inicialmente na década de 1970, nos países de capitalismo central. O início da reestruturação produtiva, em 1973 se afirmava como um prenúncio dessa monumental crise de expressões substantivas e, por conseguinte, ao longo dos anos de 1990 a 2008, foram inúmeras as tentativas capitalistas para superação desse estado cíclico de crises, através de medidas de aprofundamento de um novo padrão de globalização capitalista – o processo de mundialização do capital.

No argumento de (MÉSZAROS, 2009) o sistema do capital, após perpassar uma era de crises cíclicas, coloca-se diante de uma nova fase, intitulada pelo autor de “crise estrutural” – processo que caracteriza um contínuo período depressivo - consolidando-se numa crise duradoura, sistêmica e estrutural, ao contrário dos períodos que conformaram o capitalismo ao longo de sua história, em que alternaram períodos de expansão e crise. Os efeitos destrutivos dessa crise estrutural se expressam diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora, na desregulamentação de seus direitos, na desorganização política dos sujeitos coletivos, na criminalização dos movimentos sociais e no aumento do endividamento dos trabalhadores. As políticas públicas são atingidas subitamente num processo ainda maior de focalização, desfinanceirização e de implantação de mecanismos que aprofundam a meritocracia. Trata-se de uma crise forjada no esgotamento da forma valor, na qual resulta em impactos devastadores para a humanidade, principalmente no mundo do trabalho com aprofundamento da desregulamentação dos direitos e da terceirização, no qual acarretará processos ainda maiores de desigualdades sociais e de barbárie. Os pacotes de medidas, elaborados pelo Governo Brasileiro, sob orientação de políticas macroeconômicas, a fim de conter o déficit público, incidem exponencialmente no

conjunto das políticas públicas, contudo especialmente nas políticas públicas de gênero, contexto em que o capitalismo vive um processo de esgotamento na sua forma de acumulação e, nesta direção, novas estratégias estão sendo reeditadas a fim de condicionar a apreensão das políticas públicas por uma ótica de escassez de recursos. Neste processo a ideologia de “ajuda ao terceiro mundo”, nos quais os organismos como FMI e Banco Mundial, bem como as demais agências são protagonistas, esconde uma imensa apropriação do trabalho feminino (FEDERICI, 2019; p. 153). Neste ordenamento, as políticas públicas no Brasil, com ênfase no gênero enfatizam estes mecanismos de opressão, exploração e dominação das mulheres, à medida que atuam com interesses políticos e econômicos dirigidos a acumulação capitalista e, para este fim tendem a aprofundar ainda mais estas relações a partir de suas políticas de gênero de cunho reformista, pois condenam as discriminações de gênero, mas mantém intacta a hegemonia mundial das relações capitalistas (FEDERICI, 2019; p. 137).

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em linhas gerais, argumentamos que a sociedade a partir do dualismo de gênero, em que a masculinidade branca é a prerrogativa previamente existente e aceitável que reúne e consolida o ideário de vencedor. Em contrapartida, a mulher assume o outro lado desta polarização – a perdedora. Nesta atmosfera dualística na qual são concebidas relações de gênero em posições hierarquizadas, em que os homens (brancos) assumem neste patamar a posição de sujeito universal, capacitados à representação de outros²: mulheres negras e brancas, homens negros, indígenas, deficientes, etc. A história da esfera Pública e Estatal está imbricada relacionalmente com a história das relações de gênero, que estão conformadas nesta relação dualística e de polarização entre os gêneros. Neste processo, o homem é naturalmente o herdeiro do espaço público e político. Ao homem esse espaço é condicionado, em razão de sua condição soberana de valor universal, que na história da masculinidade, consta em seu DNA - o Estado (SEGATO, 2014b; p.93).

Neste contexto, à mulher recai o outro da esfera pública, a esfera privada das relações sociais – o espaço doméstico, de reprodução dessas relações. No qual, inicialmente é desprovido da política e dos enunciados de interesses gerais. Essa construção dualística ofusca o papel das mulheres na sociedade, à medida que as despolitizam de seus processos históricos. Em contrapartida, o protagonismo feminino nos processos de resistência e de lutas coletivas em direção à emancipação humana, constituem, nas palavras de Federici mecanismos de “contrapoder” tanto no espaço doméstico, como na

² Grifo meu.

vida comunitária, proporcionando processos de autovalorização e autodeterminação, conforme enfatiza a autora. Essa tarefa necessária e urgente principalmente nos tempos atuais de exploração, opressão e dominação capitalista, só pode ser realizada “por meio de aumento de consciência a longo prazo, de intercâmbio cultural e construção coletiva” (FEDERICI, 2013; p. 153).

Compreendemos que a cidadania plena é irrealizável numa sociedade capitalista, que tem como norte a conformação de interesses específicos – os da classe dominante. No entanto, consideramos que é possível experimentar faces de uma cidadania e reivindicar sua ampliação na sociedade. Principalmente através das organizações, em que as mulheres possam protagonizar seus próprios processos históricos como sujeitos políticos, verificando as possibilidades contidas na história. Apontamos como um caminho possível as considerações de Segato, em que explicita que o caminho do afeto e das coisas, constituem projetos históricos orientados por metas de felicidade incompatíveis. Nossa tarefa, argumenta a autora, é adotar uma única retórica de defesa do caminho relacional, em que são contempladas as formas de felicidades comuns, que podem sem dúvida, contrapor-se a retórica das coisas, na qual aprofunda-se a meritocracia, o produtivismo e o desenvolvimento concentrador. Nas palavras de Segato: “A estratégia a partir de agora é feminina” (SEGATO, 2014b; p. 106).

III - REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011a.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011b.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011c.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006a.

BRASIL. Secretaria Especial de Política para Mulheres. Instrumentos Nacionais de Direitos das Mulheres. Brasília. 2006b.

CARNEIRO, S. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS. 1993.

COUTINHO, Carlos N. O estruturalismo e a miséria da razão. São Paulo: Expressão Popular. 2ª Reimpressão, 2017.

BEZERRA, V; VELOSO, R. Gênero e Serviço Social: desafios de uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva 2015.

FEDERICI, S. O Feminino e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: Revolucionación em punto cero: trabajo domestico, reproducción y luchas feministas. Tradução: Luiza Mançano. Madri: traficantes de sueños, 2013.

HOBBSAWM, E.J. A era do Capital. Tradução: Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LOURO, Guacira L. “Nas Redes do Conceito de Gênero”. In Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 7-17.

LUKÁCS, Georg. Sociologia: A decadência Ideológica da Burguesia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Rio de Janeiro: Ática. 1992.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas. 1978, p.1-18.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

POUGY, L.G. Notas sobre políticas e Gênero e Serviço Social. In: Revista Praia Vermelha. UFRJ-PPGSS. Rio de Janeiro. V. 22. 2012.

_____. Desafios políticos em tempos de lei Maria da Penha. In: Revista Katalysis. Florianópolis: UFSC-PPGSS. V.13, n.1. jan/jul.2010.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de Gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: Revista Lutas Sociais, n. 2, São Paulo, 1997. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/1213/showToc>. Acessado em 05 de novembro de 2018.

_____. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Perseu Abramo, 2ª edição, 2015.

SCOTT, J.W. A cidadã Paradoxal: As feministas francesas e os direitos do homem. Tradução: Elvio Antônio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SEGATO, R. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del freno estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya e Yala. Colombia: Editorial UC. 2014a.

_____. “Las nuevas formas de La guerra y El cuerpo de las mujeres”. In La guerra contra las mujeres. México: Editorial Pez en El árbol, 2014b.

SCHOLZ, R. O valor é o Homem: Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. In: Revista Novos Estudos, n. 45, São Paulo, 1996.

VÁZQUEZ, S.A. A Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1968, p.185 – 208.